

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Aprova o Plano Nacional de
Educação para o decênio 2024 -
2034.

EMENDA ADITIVA Nº , DE 2025

Art. 1º O Objetivo 17 do Anexo ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº
2.614/2024 passa a vigorar com o acréscimo da meta 17.g e da meta 17.h:

“
.....

Meta 17.g. Implementar, até o segundo ano de vigência deste PNE, a
Certificação Nacional de Docentes e Gestores da Educação Básica articulada
ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, de aplicação
mínima anual e que será requisito obrigatório para o exercício do magistério
nas escolas públicas de educação básica a partir do quinto ano de vigência
deste PNE.”

Meta 17.h. Garantir, até o final deste PNE, que todos os diretores de escolas
públicas sejam certificados na modalidade Gestão Escolar por meio da
Certificação Nacional de Docentes e Gestores da Educação Básica.

.....
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda propõe a criação de uma certificação para
docentes e gestores da educação básica, como estratégia para elevar o padrão
de qualidade do ensino público no país. A vinculação dessa certificação ao
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) confere objetividade
ao processo, aproveitando uma infraestrutura já consolidada e amplamente



reconhecida no meio educacional. A proposta parte da premissa de que o direito dos estudantes à aprendizagem exige, como contrapartida, a garantia de um corpo docente adequadamente formado e avaliado de modo sistemático.

Estabelece-se um prazo razoável de adaptação, com implementação da certificação até o segundo ano de vigência do Plano e sua exigência efetiva a partir do quinto ano. Essa transição permite ajustes institucionais e amplia o diálogo com as redes de ensino e os profissionais da educação. Ao tornar a certificação um requisito obrigatório para o exercício do magistério nas escolas públicas, a medida reforça o caráter público da educação como política de Estado, sem abrir mão do princípio da meritocracia associada à formação docente. Trata-se de um avanço necessário e compatível com os desafios educacionais do país.

O mesmo tratamento é esperado para gestores escolares. A nova redação representa significativo avanço ao direcionar a gestão escolar para a promoção da qualidade da aprendizagem e para o desenvolvimento de ambientes escolares positivos e produtivos, tanto para estudantes quanto para profissionais. Ao garantir que todos os diretores de escolas públicas estejam certificados em Gestão Escolar por meio da Certificação Nacional de Docentes e Gestores da Educação Básica, estabelece-se um padrão elevado de competência e preparo técnico para a liderança educacional, reforçando o compromisso com a excelência na administração escolar e com melhores resultados educacionais em todo o país.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2025.

Dr. Luiz Ovando
Deputado Federal
(PP/MS)

